

Scientific Electronic Archives

Issue ID: Sci. Elec. Arch. Vol. 16 (6)

June 2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.36560/16620231724>

Article link: <https://sea.ufr.edu.br/SEA/article/view/1724>



Violência doméstica em gestantes na atenção primária: Atuação do enfermeiro.

Domestic violence in pregnant women in primary care: Nurse's role

Raquel Cristina Orlandelli Pardinho

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Natasha Kauana Vasconcellos Da Silva

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Siliane Morbach Duarte

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Luiz Felipe Pohlenz Benjamini

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Elen Fernandes Rosa

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Isabella Lima

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Giana Balls de Oliveira

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Gisele Barboza da Silva

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Corresponding author

Luana Patricia Weizemann

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

lpweizemann@minha.fag.edu.br

Maycon Hoffmann Cheffer

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Resumo. A violência doméstica contra a gestante é reconhecida como um grave problema de saúde pública do país. Independentemente das relações humanas e no contexto sociocultural, as gestantes não estão livres de serem vítimas da violência. Este estudo tem como objetivo apresentar a atuação do enfermeiro na identificação de casos de violência doméstica em gestantes na atenção primária. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura utilizando os descritores: Domestic violence, Pregnant women, nurse, Primary health care. O recrutamento dos artigos completos ocorreu no mês de julho de 2022, na Biblioteca Virtual em Saúde, nos idiomas inglês e português do período de 2017 até 2022.

Resultado: nenhum artigo recrutado retratava a assistência de enfermagem prestada pelo profissional às mulheres vítimas de violência na gestação na atenção primária. Conclusão: A falta de literatura sobre a temática impõe reflexões sobre a atuação do enfermeiro na atenção primária, uma vez que essa assistência existe e não está registrada nas literaturas, bem como a garantia dos princípios da atenção primária em relação aos cuidados das gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Violência doméstica, Gestantes, Enfermeiros, Atenção primária à saúde.

Abstract: Domestic violence against pregnant women is recognized as a serious public health problem in the country, regardless of human relationships and in the sociocultural context, pregnant women are not free to be victims of violence. This study aims to present the role of nurses in identifying cases of domestic violence in pregnant women in primary care. This is an integrative literature review using the descriptors: Domestic violence, Pregnant women, nurse, Primary health care. The recruitment of full articles took place in July 2022, in the Virtual Health Library, in English and Portuguese from 2017 to 2022. Result: no article recruited portrayed the nursing care provided to women victims of violence during pregnancy in primary care by the professional. Conclusion: The lack of literature on the subject imposes reflections on the role of nurses in primary care, since this assistance exists and is not recorded in the literature, as well as the guarantee of the principles of primary care with regard to the care of women. pregnant women using the Unified Health System.

Keywords: Domestic violence, Pregnant women, nurse, Primary health care.

Introdução

A violência é definida como o uso da força física, ameaça ou poder, contra si próprio, outras pessoas, grupos ou comunidades, que resulte em lesões físicas, danos psicológicos, privação ou morte (OMS, 2013). A violência doméstica contra mulher é uma violação dos direitos humanos, sendo reconhecida nas últimas décadas como um grave problema na saúde pública a nível mundial (COLONENSE; PINTO, 2022).

As mulheres com maior risco de sofrer qualquer tipo de violência pelo parceiro íntimo são mulheres com baixa renda, baixa escolaridade, as que sofreram violência na infância, status desigual nos relacionamentos íntimos, faixa etária jovem, gravidez indesejada e aceitação de atitudes de violência e desigualdade de gênero (SILVA; LEITE, 2020). Outro agravante refere-se ao fato de que cerca de 55% e 95% das mulheres que sofreram a violência não falam sobre o acontecimento e não procuraram nenhum tipo de ajuda (OMS, 2013).

A violência pode ocorrer em qualquer fase da vida, inclusive na gestação, e pode resultar em graves problemas na saúde da mulher em âmbitos físicos, psicológicos, sexuais e reprodutivos a curto, médio e a longo prazo. Deste modo, os agravos materno-infantis podem originar um maior risco de trabalho de parto prematuro, hemorragia, aborto, baixo peso ao nascer, depressão pós-parto e morte materna (SILVA., LEITE, 2020; MARQUES, 2018).

A lei n°. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual adota medidas para coibir e eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, visa prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). No Brasil, a portaria n°. 1.102 de 13 de maio de 2022 estabelece a notificação compulsória, em todo o território nacional, nos casos de violência contra a mulher que forem atendidas em serviços de saúde públicos ou privados (BRASIL, 2022).

Durante os anos de 2011 a 2018 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN) 1.456.936 de casos de violência contra a mulher, sendo que 74.256 mulheres de idade fértil (11 até 49 anos) relataram

estar gestantes no momento da notificação (COLONENSE; PINTO, 2022).

A notificação compulsória deve ser obrigatoriamente realizada, pois se trata de uma ferramenta que permite avaliar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, ofertando condições para estimar a aplicação de investimentos em núcleos de vigilância em saúde e serviços de assistência e cuidados às vítimas, assim como na promoção, no desenvolvimento e no aprimoramento de redes de proteção (BRASIL, 2022).

De acordo com a Portaria n°. 2.488, de 21 de outubro de 2011, as assistências às vítimas de violência doméstica são realizadas na atenção primária a saúde, e são caracterizadas por ações coletivas e individuais, promovendo diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, bem como o enfrentamento de novos casos/recidivas (BRASIL, 2017).

Os profissionais de saúde são extremamente importantes na detecção de casos de violência doméstica em gestantes, pois os serviços de saúde oferecem cuidados para a mulher durante o pré-natal, sendo capazes de identificar, acolher e notificar o caso da violência, possibilitando que seja realizada uma atenção integral de maneira eficaz para a gestante (SILVA; LEITE, 2020).

Diante dessa problemática o estudo tem como objetivo apresentar a atuação do enfermeiro na identificação de casos de violência doméstica em gestantes na atenção primária.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, desenvolvida em seis etapas: 1) identificação do tema central e elaboração da questão de pesquisa; 2) estabelecimento dos critérios de inclusão/exclusão dos estudos; 3) definição das informações a serem extraídas; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão; 5) interpretação/discussão dos resultados e 6)

apresentação dos resultados encontrados com a revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O tema central do estudo é discutir a atuação do enfermeiro em casos de violência doméstica em gestantes na atenção primária à saúde, questionando o que tem sido divulgado pela produção científica sobre o referido assunto.

Os descritores utilizados para a busca foram Violência doméstica (*Domestic violence*), Gestantes (*Pregnant women*), Enfermeiros (*nurses*), Atenção primária à saúde (*Primary health care*) todos cadastrados no DeCS. O recrutamento dos trabalhos completos ocorreu no dia 05 de julho de 2022, das 19:00 horas às 22:00 horas, pelo sistema de seleção e busca de artigos da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a qual possui a gestão da informação, conhecimento científico e técnico em saúde na América Latina e Caribe, e é coordenada pela Bireme nos idiomas, inglês, português e espanhol.

A busca dentro da BVS foi integrada com os descritores associados na língua inglesa, recursos de filtros, exportação de resultados, busca avançada e interoperação com o descritor desejado pelos pesquisadores. A coleção de fontes de informação da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) utilizada foi composta de bases de dados bibliográficos, como *Lilacs* (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde), *Medline* (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica) e BDEF atualizados semanalmente (BVS, 2020), no endereço <https://bvsalud.org/>.

Os critérios de inclusão abarcaram artigos completos que estivessem disponíveis com acesso livre em meio eletrônico, nos idiomas inglês e português, no período de 2017 a 2022, que constatassem no resumo cuidados de enfermagem e atenção primária. A escolha pelo intervalo temporal buscou compreender um período significativo e atualizado, considerando a quantidade e representatividade das publicações.

Os critérios de exclusão compreenderam estudos no formato de tese, dissertação, livro ou capítulo de livro, editorial, matéria de jornal, estudo reflexivo, revisões de literatura e outros estudos que não contemplassem o objetivo proposto na pesquisa.

Com o intuito de sistematizar a avaliação dos artigos selecionados, extraíram-se as informações para uma tabela previamente construída pelos autores no software Microsoft Excel®, versão 2019. Dessa maneira, foi possível construir o fluxograma a seguir (Figura 2), o qual ilustra a seleção dos artigos, o que resultou em uma amostra final de zero artigos.

As informações foram extraídas alimentando o banco de dados considerando instrumento próprio baseado em Souza, Silva e Carvalho (2010), contemplando título, número de autores, ano de publicação, abordagem metodológica, instituição/local do estudo, categoria profissional que realizou o estudo, pergunta de pesquisa/problemática, objetivo, sujeitos envolvidos,

técnica de coleta dos dados, técnica de análise dos dados, resultados e percepções sobre o estudo.

Resultados e discussão

Com a avaliação dos artigos, foi possível construir o fluxograma a seguir (Figura 1), o qual ilustra a seleção dos artigos e que resultou em uma amostra final de zero artigos. O período temporal corresponde a 05 anos de publicação, e foram totalizados 184 artigos provenientes da busca inicial, dos quais foram lidos os títulos e os resumos, resultando em dois estudos elegíveis para a leitura na íntegra. Durante a leitura integral dos artigos selecionados previamente pelos critérios de inclusão, nenhum artigo atendeu aos critérios de elegibilidade ao abordar a atuação do enfermeiro na atenção primária frente à violência doméstica em gestantes.

Os traços da APS compõem as características fundamentais de longitudinalidade, integralidade e coordenação, bem como as características derivadas de orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural. Esses elementos são fundamentais na atenção primária, uma vez que, quando instaladas adequadamente, melhoram os indicadores de saúde, aumentam a eficiência do fluxo de usuários dentro do sistema, realizam cuidados mais efetivos às condições crônicas, melhorando a experiência do paciente com os serviços de saúde, facilitando sua adesão ao tratamento e práticas preventivas, tornando-o protagonista e empenhado com seu cuidado geral de saúde (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013). Na ausência de literatura no banco de dados selecionado cria-se o alerta para a importância de produzir conhecimento científico sobre a referida temática.

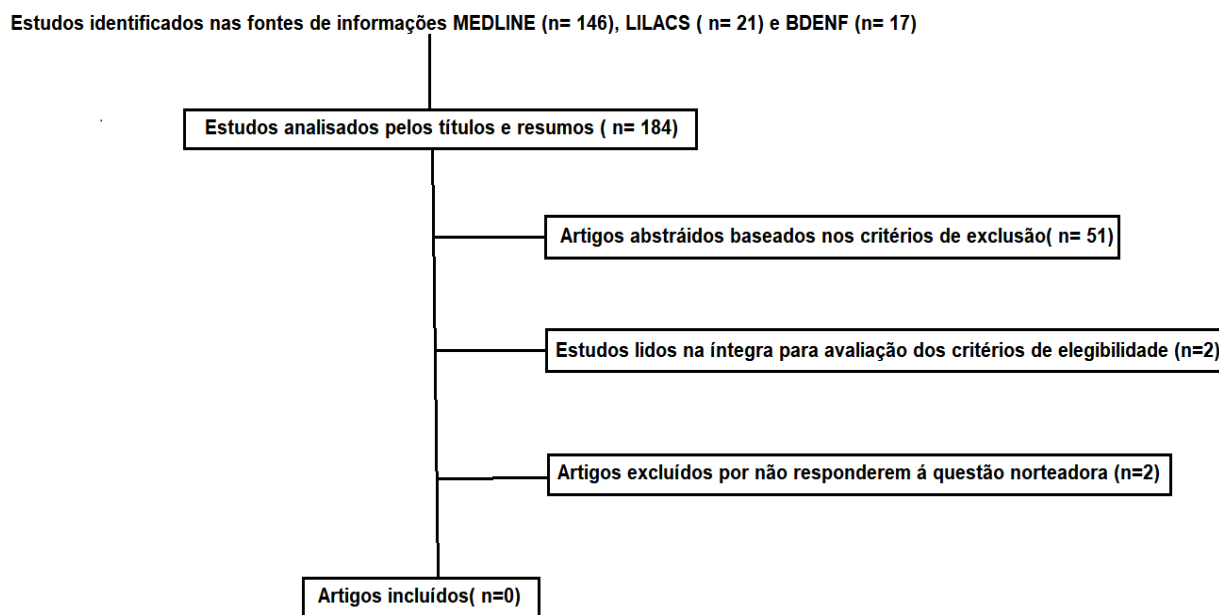
A APS se configura como a porta de entrada para a inserção da gestante no sistema de saúde, sendo fundamental um atendimento resolutivo, estabelecendo vínculos com a unidade de saúde já no primeiro contato. Além disso é preciso garantir a continuidade do cuidado articulando todos os componentes da rede, assegurando o princípio da longitudinalidade, que se encarrega da produção de condutas terapêuticas e diagnósticos precisos. Nesse sentido ocorre a redução da sobrecarga das demandas para média e alta complexidade. Outro princípio norteador e fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS) é a integralidade, a qual oferece um conjunto de ações e serviços necessários para o usuário que necessita da atenção primária. Tal arranjo engloba práticas de promoção, prevenção, recuperação da saúde nos aspectos sociais, biológicos e psicológicos (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013). Desse modo, questiona-se: será que os profissionais de saúde da APS têm abordado os casos de violência doméstica em gestantes? Se sim, por que não encontramos na literatura relatos da atuação do enfermeiro no cuidado das vítimas de violência na gestação?

É importante destacar que o acompanhamento do pré-natal possibilita a

identificação de casos de violência em gestantes, principalmente pela proximidade do serviço com a usuária. Essa proximidade favorece a construção de vínculo afetivo e confiança entre os profissionais da unidade de saúde. Sabe-se que o acolhimento e atenção integral ao pré-natal, quando realizados de forma qualificada voltados para a promoção,

prevenção e recuperação dos agravos da violência, reduzem complicações perinatais, incluindo prematuridade, baixo peso ao nascer, além de diminuir as chances de desenvolver problemas como eclampsia, diabetes gestacional e morte materna (MARQUES *et al.*, 2020; SILVA., RIBEIRO, 2020).

Figura 1. Fluxograma da seleção de artigos na base de dados da BVS abrangendo *Medline*, *Lilacs* e *BDEF*, conforme os critérios de inclusão e exclusão.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Desta forma, a APS é responsável pelo acompanhamento permanente das gestantes, assim, compartilhando ações com outros serviços da rede de saúde, como visitas domiciliares, acolhimento, prevenção de agravos, além de ações preventivas e intervenções efetivas, educação em saúde, e a revisão de protocolos assistenciais que podem contribuir para a reorientação do modelo assistencial dentro da APS (KLEINUBING *et al.*, 2015). Apesar da alta cobertura do pré-natal entre gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda é possível encontrar baixa adesão no número de consultas mínimas estabelecidas pelo Ministério de Saúde e também falha dos profissionais em oferecer acompanhamento qualificado à gestante (MARIO *et al.*, 2019). Sendo assim, é importante a capacitação dos profissionais de saúde da atenção primária a respeito da realização adequada da identificação, dos cuidados e do direcionamento das vítimas de violência no pré-natal. (ODORCIK *et al.*, 2021).

O enfermeiro da APS deve promover estratégias que possibilitem a continuidade do plano de cuidado, organizando métodos para reconhecer o contexto social e valorizar os traços das mulheres.

O enfermeiro que presta assistência a mulher vítima de violência doméstica na gestação deve confrontar as barreiras colocadas pelas mulheres durante o atendimento do pré-natal, desta forma sendo necessário prestar assistência de forma humanizada e acolhedora, mostrando empatia, habilidades e competência que ajudem na compressão do ser humano na visão psicológica, biológica, espiritual e social, garantindo um atendimento seguro e resolutivo (SANTOS *et al.*, 2019)

Nessa perspectiva a rede de atenção em saúde no Brasil necessita de inúmeras adequações e melhorias, de preferência no cenário assistencial, que inclui serviços terapêuticos e diagnósticos direcionados a um determinado grupo social. A escassez desse serviço pode causar fragilidade estrutural do sistema relacionado à organização e no atendimento clínico em decorrência de uma gestão ineficaz, resultando em inúmeros problemas (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

Compreende-se que a responsabilidade do serviço de saúde público demanda a integração do vínculo de uma rede de cuidados, que deve ser gerenciada por uma equipe de saúde que apresente

profissionais aptos e capacitados para atender às necessidades de seus usuários. Consequentemente os problemas notáveis a serem corrigidos correspondem à qualificação do atendimento da APS, envolvendo maior atenção de seus gestores, levando em conta o princípio da integralidade, que é a porta de entrada dos pacientes. É necessário ter um sistema de atendimento eficaz, que seja capaz de lidar com toda a demanda presente na rede de saúde e que possa atender à proposta de forma adequada (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

Deste modo, os gestores do SUS devem perceber a importância de promover a saúde de forma que atenda às necessidades de todos os usuários. No entanto, isso somente será possível evoluindo as práticas de gestão horizontal, realizando ações de promoção da saúde junto aos trabalhadores e usuários do SUS e utilizando metodologias recíprocas que incentivam ao conhecimento científico aliado à sabedoria popular e tradicional (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

Conclusão

O estudo apontou que existem fragilidades na ausência de publicações frente à atuação do enfermeiro na identificação e intervenção terapêutica das mulheres gestantes vítimas de violência doméstica. Mediante isso é vista a importância de ter um profissional de enfermagem capacitado para lidar com situações de violência doméstica, algo que pode ocorrer em sua rotina na APS. Porém a falta de literatura sobre a temática impõe reflexão sobre os princípios da atenção primária em relação à organização da APS e dos cuidados prestados a gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

O enfermeiro com perspectiva de acolhimento eficaz à mulher, ao realizar o pré-natal adequado e completo, em espaço de conversa pode identificar sinais de violência doméstica. O acolhimento do pré-natal é uma das formas dos enfermeiros participarem do desenvolvimento da gestação inteira com a mulher junto ao seu parceiro, detectar sinais de suposta violência física, e/ou psicológica, como por exemplo expressões faciais e corporais, relatos de queixas ou não, ou assiduidade nas consultas.

Desse modo conclui-se a importância do atendimento aplicado na APS. O sistema de saúde tem capacidade de proporcionar com eficácia esse acolhimento, mas o profissional de enfermagem também precisa estar qualificado, capacitado, e disposto a divulgar sua assistência prestada por meio da produção científica, para assim poder ofertar um acolhimento ao usuário da rede de saúde com perspectivas de desempenhar um cuidado integral e reflexivo.

Referências

BRASIL. Lei nº. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 24 Nov. 2003.

BRASIL. PORTARIA Nº 77, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF. 2017. Disponível em: <<https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/69556/Portaria+n%C2%BA+77+de+14+de+fevereiro+de+2017.pdf>>.

COELHO, E.B.S.; SILVA, A.C.L.G.; LINDNER, S.R. Violência: Definições e Tipologias. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC, 2014, 32p. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf>.

COLONESE, C.C.; PINTO, L.W. Análise das Notificações de Violência Contra Gestantes no Brasil no Período de 2011 até 2018. Texto Contexto Enfermagem. 2022, v.31:e 20210180. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tce/a/Lp3snHv8Yrd5ZGCLV644Mzy/?format=pdf&lang=pt>

KLEINUBING, R. E. et al. Avaliação da atenção à saúde de gestantes com HIV: comparação entre serviço primário e especializado. Escola Anna Nery, v. 23, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ean/a/3RdFkSsQB9zVqNh34JgFpWQ/?format=pdf&lang=pt>

MARIO, D.N. et al. Qualidade do pré-natal no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, p. 1223-1232, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/d46t6kHlLRQrpjK3GqtdGnH/?format=pdf&lang=pt>

MARQUES, B. L. et al. Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na atenção primária em saúde. Escola Anna Nery, v. 25, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ean/a/hR4MwpCd88cvTfs9ksLJGFs/?format=pdf&lang=pt>

MARQUES, S.S. et.al. Estratégias para identificação e enfrentamento de situação de violência por parceiro íntimo em mulheres gestantes. Revista Gaúcha de Enfermagem, 2017;38(3):e67593. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/qyWVSftzKKRphcvM9VtRfnh/?format=pdf&lang=pt>>.

ODORCIK, B. et al. Violência doméstica à mulher: percepção e abordagem profissional na atenção básica na pandemia de Covid-19. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 11, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/65865/html>>.

OLIVEIRA, M. A. C.; PEREIRA, I. C. Atributos essenciais da atenção primária e a estratégia saúde da família. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 66,

p. 158-164, 2013. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/reben/a/5XkBZTcLysW8fTmfTmnXF6z/?format=pdf&lang=pt>>.

SANTOS, D. S. *et.al.* Violência doméstica contra a mulher: visão de enfermeiros pós graduandos em obstetria no Piauí. *J. nurs. health.* 2019;9(3):e199310. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/17198/10823>>.

SILVA, R.P.; LEITE, F.M.C. Violências por parceiro íntimo na gestação: prevalências e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 2020;54:97. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rsp/a/pZL6b8Tv7J5FCPgYMYq45t/?format=pdf&lang=pt>>.

SILVA, V. G.; RIBEIRO, P. M. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. *Escola Anna Nery*, v. 24, 2020. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ean/a/RXvRBqJz3x4dD3BmntHDCsK/?format=pdf&lang=pt>>.